

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 505 - Brasília, quarta-feira, 16 de julho de 1997



O plenário do Senado, que ontem aprovou subsídio à borracha e mudanças no Estatuto dos Refugiados, vota hoje a emenda que regulamenta a flexibilização do monopólio do petróleo

Beni muda substitutivo à reforma da Previdência

O senador Beni Veras acolheu integralmente 24 emendas, e parcialmente 47, na nova versão de seu substitutivo à proposta de reforma da Previdência. A matéria recebeu vista coletiva por 48 horas na CCJ, devendo ser votada amanhã. A aposentadoria do servidor público nunca será menor que a proporção de 70% do que ganha o servidor da ativa. **Página 2**

Aprovado subsídio aos seringueiros

O projeto que autoriza o governo federal a conceder subsídio de até R\$ 0,90 por quilo de borracha natural produzida em qualquer região do país foi aprovado ontem pelo plenário do Senado. O subsídio tem o objetivo de compensar os seringueiros, que vêm enfrentando sérias dificuldades para concorrer com a borracha do Sudeste Asiático. Por haver recebido emendas, a proposta retorna à Câmara.

O plenário também aprovou o projeto que aprimora o Estatuto dos Refugiados, definindo mecanismos para o seu cumprimento de acordo com a Constituição de 1988. O projeto será enviado à sanção presidencial. **Página 4**



Ramez Tebet concedeu, na CCJ, vista coletiva ao substitutivo de Beni Veras à proposta de emenda que reforma a Previdência

Petróleo e CPI dos Precatórios mobilizam hoje os senadores

Proposta que regulamenta flexibilização de monopólio entra em votação. CPI ouve relatório

O plenário do Senado votará hoje o projeto do Executivo que regulamenta a emenda constitucional que flexibiliza o monopólio do petróleo e do gás natural no país. O projeto define os requisitos mínimos a serem seguidos pela indústria do petróleo

para instalar refinarias.

A CPI dos Precatórios também se reúne hoje para a leitura do relatório do senador Roberto Requião. O texto aponta 106 pessoas físicas e 161 pessoas jurídicas como envolvidas em irregularidades. **Página 3**

NESTA EDIÇÃO

Brasileiros são perseguidos na Bolívia, diz Osmar

PÁGINA 6

Constituição será editada em Braile

PÁGINA 4

Nova versão do substitutivo de Beni Veras praticamente elimina, segundo o senador, as diferenças significativas entre o regime geral e o destinado ao servidor público que tenha rendimento de até 10 salários mínimos (R\$ 1,2 mil)

CCJ vota amanhã reforma da Previdência

O senador Beni Veras (PSDB-CE) apresentou no final da tarde de ontem, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a nova versão do seu substitutivo à proposta de reforma da Previdência, acolhendo integralmente 24 emendas e parcialmente 47, e rejeitando 96. No exercício da presidência da comissão, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) concedeu vista coletiva da matéria por 48 horas.

A CCJ deverá apreciar a matéria amanhã, às 10h, como ficou decidido ao final da reunião. Beni Veras explicou que, em seu relatório, praticamente foram eliminadas as diferenças significativas entre o regime geral da Previdência Social e a previdência para o servidor público que tenha rendimento de até 10 salários mínimos

(R\$ 1,2 mil).

Segundo o senador, a única diferença significativa consiste na base a partir da qual é calculada a aposentadoria ou pensão, que para o segurado do INSS consiste na média dos últimos 36 salários de contribuição devidamente atualizados, enquanto que para o servidor público consiste na totalidade do pagamento pelo cargo em que se deu a aposentadoria.

Pelo novo texto, os servidores públicos que ganharem mais de dez salários mínimos terão uma gradação entre a totalidade da remuneração e a proporção de 70% desta como base para o estabelecimento do valor dos proventos da aposentadoria. "Em hipótese alguma a aposentadoria será menor que a proporção de setenta por cento do que ganha o servidor da ativa", explicou o

relator. A seu ver, essa proporção de 30% entre as remunerações de ativos e aposentados permitirá a administração dos recursos humanos do serviço público.

O senador Jäder Barbalho (PMDB-PA), ao elogiar o parecer, lamentou a rejeição à emenda de sua iniciativa restringindo o uso dos recursos oriundos de dois fundos previdenciários a serem criados com ativos da União, até o ano de 2007. Para Jäder, tais recursos públicos, provenientes também do processo de privatização, não deveriam ser empregados de forma permanente para suprir o caixa da Previdência, conforme o estabelecido no relatório. "Cobrir déficits da União com ativos é somente transpor uma dívida", disse, frisando que a fórmula do governo é uma "ficção" e deveria sofrer a restrição de



Tebet (C) preside a reunião em que Beni apresenta seu substitutivo

prazo que propôs.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender que os futuros recursos desses fundos financeiros projetados para suprir a Previdência sejam também revertidos para programas de renda mínima, "uma vez que pertencem aos trabalhadores e ao povo, por serem pro-

venientes também das vendas das estatais".

O líder do governo, Elcio Alvares (PFL-ES), disse que a reforma previdenciária deverá acabar com muitos marajás do serviço público, que hoje estão aposentados com pensões "altíssimas" e fora da realidade do país.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador Antonio Carlos Magalhães

10h - Despacho interno

12h - Participa da cerimônia de sanção da Lei Geral das Telecomunicações. Palácio do Planalto - Salão Leste

15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado

PLENÁRIO

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação do "PLC nº 6/97, que dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo; discussão em turno único da "Mensagem nº 93/97, que submete à deliberação do Senado Federal o nome do diplomata Afonso Celso de Ouro-Preto para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Áustria, exercer o mesmo cargo junto à Croácia, da "Mensagem nº 102/97, que submete à deliberação do Senado o nome do diplomata Carlos Moreira Garcia para, cumulativamente com a função de embaixador do Brasil junto à Espanha, exercer o mesmo cargo junto ao Principado de Andorra; e da "Mensagem nº 117/97, que submete à deliberação do Senado o nome do diplomata Carlos Alberto Leite Barbosa para exercer a função de embaixador, chefe da missão do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos - OEA.

COMISSÕES

10h - Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul

Pauta: Apreciar, discutir e votar o relatório do deputado Júlio Redecker à Mensagem nº 401/97, do Poder Executivo, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-Regionais, entre os governos da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, celebrado em Fortaleza, em 17.12.96. Plenário 4 do anexo II da Câmara dos Deputados

14h - CPI do Trabalho Infantil

Pauta: Leitura e aprovação do relatório da viagem ao Rio Grande do Sul. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1575-1/97, que dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente e escolha do relator. Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa

17 - CPI dos Precatórios

Pauta: Leitura do relatório final. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

PREENSÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Quinta-feira (17.07.97)

14h30 - Sessão Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação do "PDL nº 16/97, que aprova o texto do Acordo Comercial, celebrado entre o governo do Brasil e o governo da Malásia, em Kuala Lumpur, em 26.04.96.

10h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Apreciação do "Ofício "S" nº 33/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais, para que possa contratar operação de crédito junto à Caixa Econômica Federal, no valor de R\$ 1 milhão, 795 mil, cujos recursos serão destinados a financiar a execução do Programa Pró-Saneamento - Drenagem Urbana e Esgoto Sanitário, nos municípios de Campo Belo e Andradás. "Ofício "S" nº 34/97 (não terminativo), que encaminha solicitação do governo do estado de Minas Gerais para que possa contratar operação de crédito no valor de R\$ 23 milhões, 891 mil, cujos recursos serão destinados à assunção de débitos de natureza previdenciária de responsabilidade da empresa Minas Gerais Administração e Serviços - MGS; e "Ofício "S" nº 53/97 (não terminativo), que encaminha ao Senado Federal solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul, para emissão de Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados ao pagamento da 8ª parcela e correção monetária da 6ª e 7ª parcelas de precatórios judiciais. Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho

Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agacieli da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carneiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos

Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade

Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação - Sérgio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda

Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento,

Jane Araújo e Júlio Essucy

Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211 Fax:

(061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br



Napoleão foi relator na CCJ



Fogaça defendeu projeto na CAE



Teotonio: parecer em plenário

Projeto do Executivo regulamenta a emenda constitucional que flexibilizou monopólio do petróleo e do gás natural, aprovada há dois anos

Plenário vota hoje o Conselho Nacional de Política Energética

O plenário do Senado vota hoje projeto do Executivo regulamentando a emenda constitucional aprovada em 1995 que flexibilizou o monopólio do petróleo e do gás natural no país. A matéria recebeu pareceres favoráveis nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), onde foi relatada pelos senadores Hugo Napoleão (PFL-PI) e José Fogaça (PMDB-RS), respectivamente. O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), relator na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), apresentará seu parecer em plenário.

A proposição institui o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que ficará incumbido de propor ao presidente da República as políticas nacionais dos recursos energéticos, e a Agência Nacional do Petróleo (ANP),

órgão vinculado ao Ministério de Minas e Energia que funcionará como regulador e fiscalizador da indústria do petróleo.

O CNPE deverá promover o aproveitamento racional dos recursos energéticos brasileiros e assegurar o suprimento de insumos energéticos às áreas mais remotas ou de difícil acesso, além de estabelecer as diretrizes a serem adotadas para programas específicos, como os de uso do gás natural, do álcool, do carvão e da energia termonuclear. Também será responsável pelo funcionamento adequado do Sistema Nacional de Estoques de Combustíveis e pelas condutas de importação e exportação do petróleo e seus derivados.

A Agência Nacional do Petróleo, como executor direto do monopólio e encarregado da regulação e fiscalização das atividades econômicas a ele relacionadas, substituirá as fun-

ções até então desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Combustíveis. Entre outras atribuições, terá a responsabilidade de planejar o atendimento das necessidades nacionais e instruir processos para a desapropriação e instituição de servidão administrativa das áreas necessárias à exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural, bem como para a construção de refinarias, dutos e terminais.

O projeto do Executivo regulamenta, em diversos capítulos, os princípios e objetivos norteadores das atividades a serem exercidas por empresas estatais ou privadas e define os requisitos mínimos a serem seguidos pela indústria do petróleo para implantar refinarias no território nacional. Essas atividades serão exercidas mediante autorização, nas condições definidas nos contratos respectivos.

Comissão conjunta examina serviços aéreos no Cone Sul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul reúne-se esta manhã, às 10h, para discutir e votar o relatório do deputado Júlio Redecker à mensagem, do Poder Executivo, que submete à consideração do Congresso Nacional o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos Sub-Regionais,

entre os governos da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, do Paraguai e do Uruguai, celebrado em Fortaleza, em 17 de dezembro do ano passado.

Já às 14h, a CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), estará reunida para a leitura e aprovação do

relatório da viagem ao Rio Grande do Sul.

E às 16h será instalada a Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a medida provisória que dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos.

CPI se reúne para a leitura de relatório

A CPI dos Precatórios reúne-se esta tarde, às 17h, para leitura do relatório do senador Roberto Requião (PMDB-PR) como resultado da investigação de irregularidades cometidas entre 1995 e 1996 com a emissão de títulos para pagamento de débitos judiciais. Desde segunda-feira, os senadores da comissão dispõem do texto, podendo preparar votos para serem apresentados em separado. O relator já antecipou, contudo, que "relatório não se emenda".

A leitura de Requião prossegue amanhã, devendo o texto ser discutido nos próximos dias 22 e 23, e votado no dia 24. No texto, 161 pessoas jurídicas e 106 pessoas físicas são apontadas como envolvidas em irregularidades.

Conforme o senador, o resultado das investigações realizadas pode ser rejeitado ou

aprovado por maioria simples - sete dos 13 senadores da comissão. Na sua opinião, se a maioria dos votos for contra seu relatório, isso significará que todo o trabalho de investigação terá sido em vão. Na tentativa de modifi-



Requião: relatório não se emenda

car esse relatório, o ex-governador Antonio Fleury, de São Paulo, procurou o relator, argumentando que não pode ser citado no texto se não foi chamado para se defender.

Jucá rejeita resgate de títulos de 1902

O senador Romero Jucá (PFL-RR) manifestou-se ontem contra a proposta do deputado Roberto Campos, para o pagamento de títulos emitidos há 95 anos pelo governo brasileiro, que seriam utilizados no programa de privatizações. Citando reportagem do *Jornal do Brasil*, Jucá disse que o deputado anunciou que pretende apresentar uma emenda nesse sentido à medida provisória sobre o uso de moedas podres nas privatizações.

De acordo com o senador, esses títulos foram lançados em 1902, no governo de Campos Salles, para financiar obras como a estrada de ferro Madeira-Mamoré, União Valenciana e Central do Brasil e até hoje não foram resgatados pelo governo federal. Segundo Jucá, a Fundação Getúlio Vargas estimou o valor dos papéis entre R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,4 bilhão.

- Sem entrar no mérito da

emenda, essa questão não é prioridade para o Congresso Nacional nem para o país. Se até agora o assunto é nebuloso e ainda não foi discutido nas duas Casas nem pela equipe econômica, não é justo que uma emenda faça o Tesouro Nacional sangrar em quase um bilhão e meio de reais. Antes dessa dívida, se é que ela existe, temos a imensa dívida social com os aposentados, idosos e deficientes do país - afirmou.



Jucá diz que assunto é nebuloso

Com oito emendas incorporadas, o projeto autorizando o governo a pagar R\$ 0,90 por quilo de borracha natural produzida no país objetiva reduzir o impacto da importação asiática

Subsídio a seringueiro é aprovado

O projeto autorizando o governo federal a conceder subsídio de até R\$ 0,90 por quilo de borracha natural produzida em qualquer região do país, aprovado ontem pelo Senado, compensará os seringueiros, que sofrem concorrência da borracha do Sudeste Asiático, com preços muito menores do que os nossos. Por haver recebido oito emendas, o projeto volta agora à Câmara dos Deputados.

Além do subsídio, o projeto prevê o lançamento de programas para melhorar a renda dos seringueiros da Amazônia, pelo aproveitamento múltiplo da floresta, com apoio às pequenas agroindústrias de aproveitamento de frutas e plantas da região e o adensa-

mento dos seringaais nativos, para aumentar a produtividade.

O governo voltará a estabelecer preço mínimo da borracha natural, com o subsídio pago pelas indústrias que negociam diretamente com os seringaais. Elas poderão descontar dos impostos federais a pagar o valor do subsídio, a ser concedido por oito anos, com redução de 20% ao ano a partir do quarto ano para a borracha de seringaais plantados, principalmente em São Paulo e Mato Grosso.

Jonas Pinheiro (PFL-MT), relator do projeto da CAE, afirmou que o subsídio é o caminho que resta ao governo, pois o sistema de contingenciamento (pelo qual as indústrias



Jonas: subsídio é o caminho que resta

têm de comprar 46% do seu consumo no mercado interno) não dá certo e é questionado pelos produtores. Lembrou que a produção de borracha na Amazônia está caindo rapidamente por causa do baixo preço, enquanto a produção em seringaais do Centro-Sul é cres-

cente.

Jefferson Pêres (PSDB-AM), relator na CCI, avaliou em 30 mil os seringueiros da Amazônia beneficiados pelo subsídio, que custará ao governo federal cerca de R\$ 35 milhões ao ano, nos primeiros anos.

Carlos Bezerra (PMDB-MT) previu que o subsídio não resolverá por muito tempo o problema, devido aos baixíssimos custos de produção no Sudeste Asiático. "onde até a terra dos seringaais foi dada pelo governo". Marina Silva (PT-AC) sustentou que o subsídio é o custo ambiental a ser pago pela sociedade, pois os seringueiros protegem a floresta amazônica.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou que São Paulo

já produz 50% da borracha natural do país e será o estado mais beneficiado pelo subsídio. Coutinho Jorge (PSDB-PA) informou que a Amazônia só produz 9% da borracha natural do país. Nabor Júnior (PMDB-AC) ponderou sobre a necessidade de um amplo programa de ajuda aos seringueiros da Amazônia. Flaviano Melo (PMDB-AC) disse que as mulheres dos seringueiros "nem roupa têm", tal a situação de miséria. Osmar Dias (PSDB-PR) opinou que o Senado estava em "um grande dia, votando um grande projeto". Pedro Simon (PMDB-RS) disse que só esse projeto "já justifica a convocação do Congresso".

Novo texto define refugiado político

O plenário aprovou projeto do Executivo que define mecanismos para o cumprimento do Estatuto dos Refugiados de 1951, de acordo com a Constituição de 1988. Pelo projeto, refugiado é quem, devido a fundados temores de perseguição, por motivo de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, não queira ou não possa voltar ao seu país de origem. O projeto será enviado à sanção presidencial.

De acordo com o senador José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto na CCI, a proposta distingue com clareza

a a figura do refugiado da do foragido. Para ele, foragido é o clandestino, o marginal, envolvido geralmente com tráfico de drogas e outros crimes, quase sempre violando direitos humanos. O senador Romeu Tuma (PFL-SP), relator na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, lembrou que existem hoje no mundo de 25 a 26 milhões de refugiados.

O refúgio será solicitado à Polícia Federal e caberá ao Conselho Nacional para os Refugiados (Conare), ligado ao Ministério da Justiça, fazer diligências para confirmar se se trata de pessoa perseguida em seu país e por que motivos. A Polícia Federal dará carteira de identidade ao refugiado e o Ministério do Trabalho concederá carteira de trabalho, para que ele possa procurar emprego. Se a pessoa que pedir refúgio afetar a segurança nacional ou a ordem pública, ela poderá ser expulsa do país, mas nunca para o país onde estiver ameaçada.



Ronaldo e Agaciel se reúnem com dirigentes da Secretaria de Editoração

Constituição terá edição em Braille

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário do Senado, autorizou a Secretaria Especial de Editoração e Publicações a concluir os estudos técnico-operacionais para a impressão em Braille da Constituição, atendendo a "antiga e justa" aspiração dos deficientes visuais.

A iniciativa beneficiará cerca de 12 milhões de deficientes visuais, segundo o senador. Para agilizar o projeto de editoração da Constituição em Braille, que tem o apoio do presidente Antonio Carlos Magalhães, Ronaldo Cunha Lima

esteve com o diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, com o diretor executivo da secretaria, Claudionor Moura, e com os diretores Florian Madruga, Júlio Werner Pedrosa e Raimundo Pontes Neto.

Hoje, no Brasil, apenas o Instituto Benjamin Constant, no Rio de Janeiro, e a Fundação Dorina, em São Paulo, editam livros em Braille. O país conta com 93 instituições que preparam, orientam e educam os deficientes visuais. Essas instituições serão contatadas pela Secretaria de Editoração, na busca de sugestões.

ACM: faltam duas votações

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, informou ao plenário que haverá votações na próxima semana, na pauta da convocação extraordinária, e pediu aos senadores que continuem mantendo elevado *quorum* às sessões. Dos 81 senadores, 70 compareceram segunda-feira.

Dos oito projetos que o Senado teria de votar durante a convocação, até ontem (dia 15) seis haviam sido aprovados.

Morre Luís Sucupira

O Senado aprovou voto de pesar pela morte do jornalista e ex-constituente de 1934 Luís Cavalcanti Sucupira, proposto pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Sucupira era da Academia Cearense de Letras, onde o corpo foi velado, no último sábado, em Fortaleza.

Alcântara destacou que o ex-constituente foi delegado do Tribunal de Contas nos estados do Ceará e Pernambuco, antes de se eleger deputado.



Tuma: há 25 milhões de refugiados

Legislativo de todo o Brasil será interligado

O senador Antonio Carlos Magalhães preside amanhã, às 11h, em solenidade no plenário do Senado, o lançamento do programa Interlegis, que cria uma rede de computadores interligando o Congresso Nacional, as assembleias estaduais e as câmaras municipais. O programa é coordenado pelo Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen).

A estrutura tecnológica do Interlegis permitirá a troca de informações em tempo real sobre o Orçamento, medidas econômicas, dados jurídicos e mudanças legislativas, propiciando, segundo a diretora-executiva do Prodasen, Regina Célia Peres Borges, ganhos significativos para a sociedade. Para Regina, é valiosa a troca de idéias que essa interligação produzirá para a modernização do Legislativo em todo o país.

O primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, destacou a importância da criação desse novo sistema, que vai contribuir para o fortalecimento do Legislativo. Ele ressaltou, também, o apoio conferido ao programa pelo presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães.

Além dos presidentes do Senado e da Câmara e do primeiro-secretário do Senado, estarão presentes à cerimônia presidentes de assembleias legislativas e de câmaras de vereadores.

Após a instalação do programa, haverá painéis com o objetivo de explicar como funcionará o sistema. Esses painéis serão apresentados para pessoal especializado dos estados e municípios, ao longo do dia de amanhã e também na sexta-feira, na sala da CCJ, no Senado.

PFL e PSDB buscam um "estreitamento de relações" com o Partido Justicialista, o que foi tema do encontro ontem entre Antonio Carlos e o senador argentino José Manoel de La Sota

Bases de FHC e Menem se aproximam

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem visita do senador e ex-embaixador argentino no Brasil José Manoel de La Sota. Os dois parlamentares trocaram idéias a respeito da primeira reunião de partidos políticos que integram as bases de sustentação parlamentar dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem. O evento será realizado em Brasília, no dia 20 de agosto.

O encontro vai reunir o PFL e o PSDB, pelo lado brasileiro, com os representantes do argentino Partido Justicialista. O objetivo, de acordo com o senador José Manoel de La Sota, que representa Córdoba no Congresso argentino, é permitir "um estreitamento de relações e maior diálogo político entre partidos que participam da sustentação parlamentar de governos com idê-

nticos programas de ação e propostas de reformas".

O senador Antonio Carlos Magalhães confirmou a participação no encontro, como um dos líderes do PFL. O parlamentar argentino manifestou "grande expectativa com relação à participação do PSDB, pois o PFL e o Partido Justicialista já têm uma tradição de contatos e identidade de pontos de vista". Para uma segunda reunião, ainda a ser agendada, de La Sota espera incluir a participação do PMDB, pelo Brasil, e do Partido Liberal, do lado argentino.



O presidente do Senado, Antonio Carlos, recebe o senador José Manoel de La Sota

ACM participa da Exposição de Lisboa no próximo ano

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem o

comissário-geral da Participação Brasileira na Exposição Mundial de Lisboa, Henrique Brandão Cavalcanti, que veio convidá-lo a integrar a Comissão de Honra do país no evento. A comissão, que terá como presidente o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampraia, será empossada no próximo dia 22, no auditório do Itamaraty. Antonio Carlos Magalhães aceitou o

convite.

A Exposição Mundial de Lisboa, de acordo com Cavalcanti, será realizada de 22 de maio a 30 de setembro de 1998, tendo a preservação dos oceanos como tema central. A mostra faz parte das comemorações dos 500 anos da descoberta da rota para as Índias pelo navegador português Vasco da Gama e, pelo lado brasileiro, inicia as festividades relativas ao V Centenário do Descobrimento do Brasil, que terá amplo programa de eventos até o ano 2000. O pavilhão brasileiro terá aproximadamente 2 mil metros quadrados, e mais de 100 países já confirmaram sua presença.



Antonio Carlos encontrou-se ontem com estagiários paulistas

Estagiários da Câmara Americana de Comércio de São Paulo visitam o Senado

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem um grupo de estagiários da Câmara Americana de Comércio de São Paulo, que vieram conhecer o funcionamento da Casa.

Antonio Carlos ressaltou, no encontro, a importância das reformas constitucionais em tramitação no Congresso: a previdenciária, no Senado, e a administrativa, na Câmara dos Deputados.



ACM aceita convite de Henrique Brandão Cavalcanti

Agricultores paranaenses há muito produzindo no país vizinho tiveram as terras tomadas por decisão "absurda", segundo o senador

Osmar Dias acusa a Justiça da Bolívia de perseguir brasileiros

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) denunciou ontem que agricultores paranaenses instalados na Bolívia desde 1994, devidamente amparados pela legislação local, foram obrigados a retirar-se de suas terras por decisão "absurda" de um suplente de juiz da Corte da Justiça boliviana.

A semelhança das gestões que fez junto ao ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, e ao embaixador do Brasil na Bolívia, Osmar Dias pediu o apoio do presidente do Senado, para que também interceda no caso.

Segundo o senador, os agricultores compraram 6.215 ha de terras, através da Cooperativa Cocamar, onde passaram a explorar soja, girassol e algodão de acordo com "as melho-



Osmar lembrou que os brasileiros já obtiveram até financiamento no Banco da Bolívia

res técnicas agrônômicas, dando emprego a dezenas de bolivianos e obedecendo a todas as leis locais". Os brasileiros chegaram, inclusive, disse Osmar Dias, a receber financiamento no valor de R\$ 3,5 milhões do Banco da Bolívia.

No entanto, litígio referente a 408 ha, vizinhos à área dos

brasileiros, resultou em demarcação abrangendo as terras dos agricultores paranaenses, confirmada pela decisão da corte suprema daquele país. Na opinião do senador, os brasileiros foram prejudicados por "uma máfia organizada na Bolívia, qualificada na desapropriação de terras alheias".

Jefferson comenta decisão popular no *Você Decide* sobre corrupção

O senador Jefferson Péres (PSDB-AM) comentou ontem o resultado do programa interativo *Você Decide* levado ao ar pela Rede Globo na semana passada, onde a metade do público participante indicou como final do episódio a concordância de uma secretária em participar de esquema de corrupção no qual estava envolvido o seu patrão.

- Será que o Congresso não reflete essa sociedade? - questionou, reiterando sua opinião de que, com a evolução do país, prevalecerá "a banda sã da sociedade, prevalecerá a banda sã da sociedade, nada mais restará a fazer".

Para Jefferson, a participação de 134 mil telespectadores no programa refletiu o perfil da população urbana do país. A seu ver, "alguns dizem que a televisão não re-



Jefferson: prevalecerá a banda sã flete a sociedade, mas eu creio que sim. A televisão penetra em todos os lares do país. É verdade que nem todos têm aparelho de telefone. No entanto, acredito que, exceto a classe E, boa parte da classe D tem televisão e telefones públicos à disposição", afirmou.

Conforme o senador, a direção do programa colocou três opções para o telespectador indicar sua pre-

ferência: na primeira, a secretária pediria demissão e silenciaria sobre a corrupção do patrão, solução aprovada por 32 mil telespectadores; na segunda, a secretária pediria demissão e denunciaria o patrão, opção que obteve 35 mil telefonemas favoráveis; finalmente, a secretária aceitaria o dinheiro e apoiaria o esquema de corrupção do chefe, possibilidade que recebeu o apoio de 67 mil telespectadores.

No enredo, como relatou Jefferson, o marido da secretária era um jogador que, sob ameaça de morte dos credores, recorre ao patrão da esposa em busca de socorro. Este, por sua vez, promete ajudá-lo, se a secretária assinasse cheques em branco para serem depositados em contas fantasmas.



Simon saudou 81 anos do deputado

Simon abraça Franco Montoro "em nome do país inteiro"

Ao lembrar a homenagem de diversos partidos aos 81 anos do deputado Franco Montoro (PSDB-SP), ontem à noite, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) enalteceu, em plenário, o perfil do ex-emelembista, dizendo que, "neste país de interrogações, ele continua sendo o mesmo homem, com os mesmos ideais".

Simon lastimou que os ideais e os princípios defendidos por políticos como Montoro não sejam mais tão celebrados no Brasil.

"Num país onde as referências estão esvaziadas na política, na Igreja e na imprensa, a figura de Franco Montoro é uma referência de dignidade, e chegar aos 81 anos com tão admirável biografia é digno de louvar".

Simon deu o seu testemunho de que, semanalmente, Franco Montoro se desloca de São Paulo para Brasília com a pasta cheia de documentos, como se fosse um deputado estreatante, cheio de ideais, e destacou a ênfase com que o homenageado defende, até hoje, o regime de gabinete: "Ele continua um defensor do parlamentarismo, jamais se entregou."

O senador também lembrou o empenho de Franco Montoro na candidatura de Tancredino Neves à sucessão de João Figueiredo, afirmando que, em todos os momentos cruciais da história recente do país, o homenageado "foi sempre um grande brasileiro". E, da tribuna do Senado, mandou para o deputado o carinho pessoal "e o abraço do Brasil inteiro".



Flaviano elogiou jornal do Acre

Flaviano Melo felicita A Gazeta por estar na ANJ

O jornal *A Gazeta*, do Acre, é o mais novo integrante do restrito clube formado pelos órgãos de imprensa admitidos na Associação Nacional de Jornais (ANJ), registrou o senador Flaviano Melo (PMDB-AC), na sessão de ontem. Isso significa que o jornal "atrela seu trabalho a um rígido código de ética" e situa a imprensa acreana "em posição de maioria", disse.

Para o senador, a distinção traduz o mérito de um jornal que, "em apenas 12 anos desde sua fundação, soube honrar a tradição do jornalismo independente, prestando o melhor serviço à comunidade".

Conforme declarou, em 18 anos de existência, a ANJ franqueou a filiação de apenas 107 jornais, todos de expressão nacional, num universo de 1.241 editados no Brasil. Assim, acrescentou, menos de 9% da imprensa brasileira refletem atualmente as exigências da entidade.

Na homenagem, Flaviano Melo salientou que *A Gazeta* teve importância fundamental no caso Chico Mendes, tanto que se tornou a principal fonte de consulta de dois livros sobre o caso, escritos por jornalistas estrangeiros e publicados nos Estados Unidos e na Espanha.

Envolvido permanentemente com a questão ambiental, a preservação da floresta amazônica e a exploração racional de seus recursos, o jornal se destaca, sobretudo, pela defesa dos interesses do estado do Acre, frisou o senador.

Medida do Ministério da Saúde garantirá, segundo o senador, igualdade de direitos entre pacientes de hospitais públicos e privados

Valmir aponta vantagens na lista de receptores de órgãos

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) afirmou ontem que o Ministério da Saúde acertou ao criar uma lista única de receptores de órgãos humanos, pois assim se garantirá "igualdade de direitos entre pacientes de hospitais públicos e privados".

A medida, conforme explicou, consta da regulamentação proposta pelo ministério à lei que estabeleceu a obrigatoriedade da doação de órgãos, salvo manifestação em contrário do próprio cidadão, registrada no documento de identidade ou na carteira de habilitação.

Valmir Campelo lembrou que, antes do novo regulamento, cada estado era responsável pela elaboração das listas de receptores e pela eleição dos casos mais urgentes, sendo que os próprios hospitais definiam as prioridades e os procedimentos adequados. Pelas novas regras, "a prerrogativa

de definir as prioridades de transplantes passa para o Ministério da Saúde, que, através de lista única, pretende democratizar o processo", ressaltou.

Para o senador, falta, entretanto, "tornar obrigatória a instalação de centros de captação de órgãos também nos hospitais particulares, estabelecendo-se, talvez, uma cota mínima de remoção mensal de órgãos". A

medida, a seu ver, se justificaria pela falta de interesse dos hospitais privados pela retirada de órgãos, ante a impossibilidade de destiná-los, ao menos em parte, a seus próprios pacientes. Isso, acrescentou, reduziria significativamente o número de doadores. Valmir sugeriu ainda a realização de campanhas de esclarecimento sobre a doação de órgãos.

Valmir sugere campanhas de esclarecimento sobre doação de órgãos



Benedita: pelos aposentados

Benedita apóia luta em favor da paridade

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) apoiou ontem mensagem da Associação de Professores Aposentados do Magistério Público de São Paulo, na qual pede aos senadores que, na votação da reforma da Previdência, "não cedam às pressões" do presidente da República, e rejeitem a quebra de paridade ativo-inativo".

Ela disse que a mensagem dos professores, intitulada "Não Abandone o Professor Aposentado", representa uma súplica da categoria à Casa. Na mensagem lida pela senadora, os professores afirmam "que o servidor público não será enganado, pois saberá que a criação de uma cesta de índices para reajustar os proventos dos inativos do serviço público não irá preservar o seu valor de compra".

Benedita da Silva afirmou que o pedido não representa apenas o pleito da Associação dos Professores Aposentados de São Paulo, mas também do Rio de Janeiro de todo o país.

Lucena elogia trabalho de Pileggi à frente do Incor



Lucena: reconhecimento a Pileggi

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) informou ontem que, no último dia 11, o professor Fúlvio Pileggi deixou a presidência do conselho diretor e da direção geral do Instituto do Coração (Incor), assim como a chefia do Departamento de Cardiopneumologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. Lucena congratulou o médico e transmitiu-lhe votos de

êxito nas atividades didáticas e científicas que continuará a desempenhar.

Na opinião do senador, o Incor fica devendo a Pileggi o fato de ser um dos centros de excelência da saúde pública nacional, pela permanente modernização de seus equipamentos e excepcional qualificação de seu corpo médico. Lucena disse que o dr. Fúlvio Pileggi também integrava a Comissão Nacional de Previdência Social, desde 1986, e a Comissão Nacional de Saúde, desde 1987.

Odacir destaca atuação da Embrapa

Os 22 anos de atuação da Embrapa no estado de Rondônia foram destacados pelo senador Odacir Soares (PFL-RO), para quem a empresa, além de representar o maior recurso de pesquisa do estado, sempre teve como referencial a geração de tecnologia e conhecimentos que pudessem beneficiar os setores agropecuário e florestal da região.

A modernização da sede e a infra-estrutura de campos experimentais e laboratórios permitiram a execução de mais de uma centena de projetos. Os resultados da pesquisa fluíram para o campo dentro de um processo de intensa integração com outras instituições como a Emater-RO e a Ceplac, sempre atendendo aos programas da Secretaria de Estado da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária - observou o senador.

Odacir Soares abordou, no mesmo pronunciamento, aspectos do desenvolvimento da pesquisa e experimentação agropecuária, da assistência técnica e extensão rural, dos financiamentos agrícolas e do papel de fomento, do armazenamento e da liderança política do setor agropecuário de Rondônia. Com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento do estado, o senador fez uma análise pormenorizada de cada tema, apontando erros, acertos e soluções para as questões locais.



Odacir faz análise do campo



Anúncio das obras será no dia 4 de agosto, informa Mauro

Mauro comemora a duplicação da BR-153

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou ontem a proposta de duplicação da rodovia Goiânia-São Paulo (BR-153), cujo anúncio será feito no dia 4 de agosto próximo, na cidade de Itumbiara, no sul de Goiás, em solenidade que contará com a presença dos ministros Antonio Kandir, Eliseu Padilha e Iris Rezende, e dos governadores de Goiás, Maguito Vilela, e de Minas Gerais, Eduardo Azeredo.

Mauro Miranda disse que a duplicação da rodovia é hoje a principal aspiração do povo goiano neste final de século e

que a obra vai alavancar um novo ciclo de desenvolvimento para Goiás e o Centro-Oeste, além de perpetuar o nome do presidente Fernando Henrique Cardoso como grande aliado do futuro da região.

Para o senador, a nova rodovia vai permitir a incorporação de novas áreas de desenvolvimento, aumentará os espaços para abrigar movimentos migratórios, além de estimular novos investimentos em industrialização e emprego e novas alternativas para o inchaço crescente das grandes cidades.

Para senador, os recursos do Banco Mundial destinados a obras de restauração de estradas atendem a situação de emergência

Leomar Quintanilha valoriza a recuperação das rodovias

A recuperação das rodovias federais anunciada pelo ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, foi considerada ontem oportuna pelo senador Leomar Quintanilha (PPB-TO), que ressaltou os prejuízos econômicos e as perdas de vida causados pela "péssima condição da malha viária do país". Para ele, os recursos do Banco Mundial destinados a essas obras atendem a situação de emergência vivida pelos que usam as estradas brasileiras.

Leomar Quintanilha, por outro lado, defendeu o transporte multimodal, onde haja interligação entre rodovias, ferrovias e hidrovias. No entendimento do senador, esse seria o meio de desafogar o sistema viário

brasileiro, hoje, a seu ver, sobrecarregado. "Só a situação da Belém-Brasília, por exemplo, justificaria mudanças no sistema nacional de transportes", afirmou.

Em apertado, os senadores Valmir Campelo (PTB-DF) e Romero Jucá (PFL-RR) apoiaram o pronunciamento de Quintanilha, reconhecendo o esforço do governo federal para recuperar as rodovias. Por sua vez, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) informou que, no dia 4 de agosto, ministros e governadores irão discutir a duplicação do trecho da BR-153 entre Goiã-



Quintanilha defende transporte multimodal

nia e São Paulo. Já o senador Humberto Lucena (PMDB-PB) frisou que, ao contrário do que afirmava o presidente Washington Luís, o dever do governo não é mais construir estradas, mas sim pavimentá-las e recuperá-las.

Patrocínio apóia pleito salarial dos patrulheiros

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) fez ontem apelo ao governo e, especialmente, ao chefe da Casa Civil, Clóvis Carvalho, para que seja atendido pleito dos policiais rodoviários federais, que reclamam recebimento das diferenças salariais a que têm direito em decorrência de sentenças judiciais.

Ele explicou que os patrulheiros, em função de decisões tomadas no âmbito do Ministério da Administração, estão recebendo atualmente menos do que no ano passado.

Patrocínio informou que, desde janeiro deste ano, os patrulheiros vinham recebendo diferenças salariais decorrentes de decisões judiciais que repuseram perdas em seus vencimentos. Com a Portaria 119/97 do Ministério da Fazenda, o pagamento dessas quantias ficou condicionado à



Patrocínio: salários diminuíram

dotação orçamentária de cada órgão do governo.

Na opinião do senador, os efeitos dessa portaria só deveriam alcançar as ações surgidas após a sua edição, mas o Ministério da Administração interpretou de modo diferente, passando a emitir as folhas de pagamen-

to com desconto dos valores já pagos aos patrulheiros e usando como referência os vencimentos anteriores à incorporação da diferença.

Carlos Patrocínio leu documento recebido da Federação Nacional dos Policiais Rodoviários Federais, segundo a qual, em decorrência da decisão do Ministério da Administração, milhares de patrulheiros chegaram a receber, nos últimos dois meses, "contracheques negativos".

O senador mencionou a tensão que marca a mobilização de policiais civis e militares em alguns estados e lembrou a eficiência do trabalho feito pelos policiais rodoviários, sobretudo num momento em que tantos brasileiros estão nas estradas, num período típico de férias.

Parga registra sistema elétrico no Maranhão

O senador Bello Parga (PFL-MA) destacou a assinatura, na segunda-feira, em São Luís, do ato de autorização para construção da linha de transmissão que interligará os sistemas elétricos Norte-Sul. Na opinião do senador, o ciclo de desenvolvimento vivido pelo Maranhão será consolidado com a implantação de infraestrutura, especialmente no setor de energia elétrica.

Ele informou que a linha de transmissão Norte-Sul, também conhecida como *Linhão*, é um dos projetos prioritários do setor elétrico brasileiro e integra



Parga: ciclo consolidado

o programa "Brasil em Ação". O empreendimento terá 1,2 mil quilômetros de extensão, ligando a subestação de Imperatriz, no Maranhão, à subestação de Sambaíba, em Brasília.

Com o *Linhão*, segundo Bello Parga, será possível a transferência entre sistemas de até 1 mil megawatts, com ganhos energéticos de mais de 600 megawatts médios, contribuindo para a melhoria da qualidade de fornecimento dos sistemas Norte-Nordeste e Sul-Sudeste-Centro-Oeste.